



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**TEXTO DE DISCUSSÃO Nº 12**

**INSERÇÃO DESVANTAJOSA, ATRASO E  
SUBORDINAÇÃO DAS POLÍTICAS DE  
DESENVOLVIMENTO NA ECONOMIA  
PIAUIENSE**

**MÁRCIO BRAZ**  
MAIO/2007

**Texto de Discussão**

Ano 6 - n° 12 - maio/2007

**Reitor da Universidade Federal do Piauí**

Prof. Dr. Luiz de Sousa Santos Junior

**Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras**

Prof. Ms. Antonio Fonseca Neto

**Chefe do Departamento de Ciências Econômicas**

Prof. Ms. Samuel Costa Filho

**Coordenador do Curso de Ciências Econômicas**

Prof. Ms. Fernanda Rocha Veras Araújo

**Editado pelo DECON**

**Responsável**

Prof./DECON Ms Samuel Costa Filho

**Conselho Editorial**

Prof./DECON Esp. Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas

Prof./DECON Dra. Maria do Socorro Lira Monteiro

Prof./DECON Dr. Solimar Oliveira Lima

Prof./DECON Ms. Fernanda Rocha Veras Araújo

Prof./DECON Ms. José Lourenço Candido

**FICHA CATALOGRÁFICA**

Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Piauí - v.1, n.12, a.7 (maio 2007) - Teresina: UFPI, 2007 - ISSN 1678-1988

1.Economia - Periódicos

CDD 330.05

# **INSERÇÃO DESVANTAJOSA, ATRASO E SUBORDINAÇÃO DAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO NA ECONOMIA PIAUIENSE**

**Marcio Braz**

## **RESUMO**

O trabalho analisa as formas de inserção da economia piauiense na economia nacional ao longo de sua formação histórica, atribuindo à falta de identificação prévia da forma de inserção mais vantajosa e à subordinação das políticas de desenvolvimento econômico às políticas assistencialistas as causas do atraso econômico do Piauí.

## **PALAVRAS-CHAVES: ECONOMIA PIAUIENSE, PIAUÍ, ATRASO ECONÔMICO**

### **1. Potencialidades e atraso econômico da Economia Piauiense**

O Piauí é um Estado de imensas potencialidades. Impressiona a todos a aptidão para a produção de grãos dos cerrados piauienses, ainda quase inexplorados; o potencial de irrigação existente em bilhões de litros d'água armazenados nas represas construídas nas últimas décadas, em seus rios e lagoas, perenes ou não, e em seus aquíferos; a beleza natural de seu litoral, vocacionado também para a carcinicultura; suas cidades históricas e sítios arqueológicos; a consolidação de Teresina como centro de saúde, educação e realização de eventos, além da sua posição geográfica estratégica, que possibilita com facilidade o escoamento de sua produção; a consolidação do Estado como um dos principais centros de apicultura do País; e o excelente padrão genético obtido na ovinocaprinocultura nos últimos anos.

É indiscutível também que o Piauí nunca conseguiu transformar estas potencialidades em um processo de desenvolvimento sustentável que reduza significativamente a diferença

entre seus indicadores econômicos e os de outros Estados e regiões do país. Estamos sempre nas últimas colocações. A busca por caminhos que reduzam a distância entre os indicadores econômicos do Piauí em relação ao Nordeste e ao País tem sido objeto permanente da preocupação, não só dos responsáveis pela elaboração das políticas econômicas do Estado, mas de todos que, de alguma forma, se envolvem com o nosso processo de desenvolvimento.

Eventualmente conseguimos resultados aparentemente positivos, que não chegam, no entanto, a se consolidar como processo, e nossa posição no ranking do PIB dos Estados brasileiros não muda. Normalmente, nos momentos de crise da economia nacional nossos resultados são melhores e conseguimos reduzir um pouco as disparidades existentes.

O quadro abaixo representa bem o tamanho da distância ainda a ser percorrida:

**QUADRO 1**  
**COMPARAÇÃO DO PIB PER CAPITA**  
**PI, NE e BRASIL**  
**1985 e 2003**

ESTADOS	2003		1985	
	Valor (R\$)	Atualizado	Valor (Cr\$)	Atualizado
Piauí	2.485	2.857	2.185.109	1.963
Nordeste	4.306	4.950	4.778.724	4.294
Brasil	8.694	9.994	9.859.022	8.859

No quadro 1, os dados são do IBGE e, para permitir a análise, foram atualizados pelo IGP-DI para valores de março/2006. Nele podemos observar que em 2003, o PIB *per capita* do Piauí era 57,71% do PIB do Nordeste e 28,58% do do Brasil. Em 1985, a participação era de 45,71 e 22,16%, respectivamente, indicando uma redução das desigualdades.

Mas, se considerarmos que o mesmo quadro mostra que o PIB *per capita* do Piauí, em 2003, era 32,24% do PIB *per capita* do Brasil, em 1985, e 66,53 % do PIB *per capita* do Nordeste, também em 1985, poderemos nos referir a um atraso bem maior do que 18 anos.

Outra comparação elucidada esse raciocínio: Considerando os dados do IBGE, referentes a 2003, Alagoas possui o menor PIB do Nordeste depois do Piauí, mas para uma população igual, o PIB *per capita* do Piauí representa 70,9 % do de Alagoas (R\$ 3.505 para Alagoas e R\$ 2.485 para o Piauí). Além disso, o Piauí cresceu, naquele ano, 6% (foi o terceiro melhor resultado do país) e Alagoas cresceu 2,8%. A distância que nos separa do Estado de segundo menor PIB da região torna-se mais evidente quando se considera que, mantidas as taxas de crescimento de 2003, somente em 2015 iremos nos igualar ao seu PIB.

É paradoxal que, com todas as potencialidades de que dispõe, o Estado do Piauí permaneça numa situação de profundo atraso econômico em relação a outros Estados e ao país. Se não podemos atribuir aos recursos naturais a causa desta posição desvantajosa, quais seriam na verdade os determinantes dessa situação?

## **2. A Inserção Desvantajosa**

Uma leitura da formação econômica piauiense que considere a forma de sua inserção em cada etapa do processo de desenvolvimento da economia nacional permite definir, como hipótese central para a explicação do atraso econômico do Piauí, o fato de que a economia piauiense nunca se inseriu de forma vantajosa num projeto nacional de desenvolvimento. Isto porque:

- Os projetos de desenvolvimento da economia nacional não têm mais privilegiado o combate às disparidades regionais, fazendo com que a atuação governamental no Piauí se fundamente na predominância da política clientelista, que subordina as políticas de desenvolvimento econômico, o que já faz parte da “cultura” do planejamento no Estado, levando a que os investimentos públicos não tenham o impacto desejado no processo de desenvolvimento, e
- A infra-estrutura necessária à inserção em cada etapa do desenvolvimento nacional seja implantada no Piauí com retardo, após o encerramento do ciclo a que se refere.

A exploração econômica do espaço geográfico que hoje constitui o território do Piauí tem início com duas atividades: o apresamento de índios e a pecuária. A primeira dura até o extermínio dos indígenas no Estado, processo que levou por volta de 150 anos. A segunda foi realizada com características primitivas já que contou com investimentos de capital irrelevantes, utilizou pouquíssima mão-de-obra (inclusive escrava) e manteve relacionamento econômico com outras regiões também pouco significativo, caracterizando-se pela endogenia.

Deve-se observar, no entanto que do ponto de vista do interesse da economia nacional, a pecuária, quando se inicia no Piauí, era uma atividade secundária, já que o interesse maior ainda era a economia açucareira. De início, a pecuária se realizava em conjunto com a cana-de-açúcar, que sendo o produto nobre, no momento em que precisa se expandir vai se dissociando e empurrando a pecuária para o sertão; quando esta chega ao Piauí, a economia da cana-de-açúcar já estava em decadência. A integração com a economia nacional se dava pela venda esporádica de exemplares bovinos (quase sempre para repor rebanhos de outros estados, o que segundo alguns provocava a “descapitalização” da pecuária piauiense, já que os melhores exemplares eram vendidos), pela exportação também esporádica de derivados da pecuária, pela venda de escravos e por, em momentos de secas, ceder seus pastos para rebanhos de outros estados. Assim, a pecuária, na verdade, dá início à ocupação econômica do Estado, mas promove a sua integração à economia nacional de forma extremamente frágil e inconstante e dota o estado de uma estrutura incapaz de gerar um processo sustentável de crescimento econômico.

Na verdade, os primeiros vetores importantes de inserção da economia piauiense na economia nacional foram os produtos de extrativismo, notadamente a maniçoba, a carnaúba e o babaçu. O modelo primário-exportador vigente nacionalmente propiciava essa inserção de forma vantajosa para o Piauí: o Estado cresceu economicamente, centros urbanos foram formados e consolidados, pólos comerciais (com grande destaque dos atacadistas) se consolidaram também, e um pequeno parque industrial floresceu. A infra-estrutura necessária era a de transportes para conduzir os produtos até o porto mais próximo; e o Rio Parnaíba, margeando o Estado de Sul a Norte, cumpriu bem este papel.

Mas, deve-se observar que o extrativismo, à semelhança da pecuária, foi realizado também sem investimentos de capital e utilizando mão-de-obra local ociosa, assim, se por um

lado proporcionou a entrada de recursos significativos no Estado, por outro não foi capaz, pelo primitivismo com que foi executado pela evasão de renda que a estrutura sócio econômica vigente à época proporcionou, de gerar um processo de acumulação de capital no Estado que permitisse a sustentabilidade do desenvolvimento econômico.

É interessante se questionar porque, mesmo integrando o Piauí à modernidade e gerando *superávits* consideráveis no comércio exterior, o extrativismo não foi capaz de provocar transformações mais significativas na estrutura econômica do Estado nem de proporcionar a sustentabilidade desejada ao crescimento de sua economia. É certo que grande parte dos recursos gerados no comércio internacional financiava o *déficit* interestadual, diluía-se no consumo das elites e destinava-se a não residentes no estado, mas é certo também que o primitivismo da extração, além de não comprometer a produção e a produtividade das indústrias compradoras destes produtos, tornando-os mesmo mais baratos, também não colocava em risco o sistema de dominação política local. Se a velha estrutura atendia satisfatoriamente aos interesses do mercado e da dos grupos hegemônicos, por que mudar?

Após a Segunda Guerra Mundial o capitalismo mundial passou por transformações profundas, caracterizadas principalmente pela aceitação consensual da presença forte do Estado na Economia. No Brasil, essas transformações se expressaram na sucessão do “modelo primário-exportador” pelo “modelo de substituição de importações”.

Ora, o fundamento do modelo de substituição de importações era implantar no país um parque industrial que produzisse o que antes era importado e, principalmente quando o processo chega à substituição de importação de bens de consumo duráveis e não duráveis, foi exigida a integração e consolidação do mercado interno nacional.

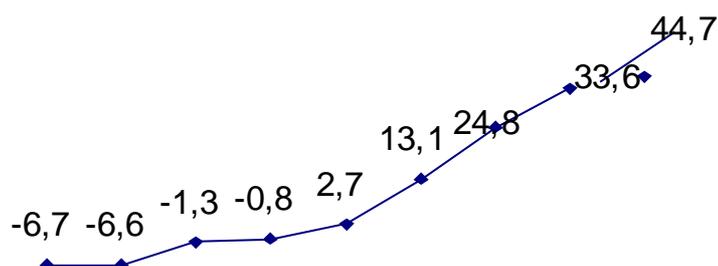
Sem a infra-estrutura necessária à inserção produtiva no novo modelo, novamente o Piauí ficou à margem do processo de desenvolvimento nacional.

Enquanto, por exemplo, os estados do Nordeste oriental já eram supridos por energia elétrica de Paulo Afonso a partir de 1948, somente dez anos depois foram iniciados os estudos para a implantação de Boa Esperança, que veio se realizar na metade da década de 60. As poucas mudanças que ocorreram foram no sentido de consolidar o setor terciário como carro-

chefe da economia piauiense. O setor de varejo se sobrepõe ao atacadista e o Piauí se integrou comercialmente. O parque industrial, ainda incipiente, foi atingido brutalmente e um número considerável de pequenas e médias indústrias (para os nossos padrões à época) sucumbiram diante do confronto com concorrentes baseados na economia de escala.

A implantação da infra-estrutura que deveria dar apoio à produção no Estado levou toda a década de 70 para ser concluída e, quando isso aconteceu, o modelo primário-exportador já havia se esgotado e o país entrado na “década perdida”. O crescimento econômico foi preterido diante da necessidade de combater a inflação - objetivo que só é alcançado em 1994 com a implantação do Plano Real. O lado positivo é que, de certa forma, o tamanho reduzido e o isolacionismo protegeram o Piauí das intempéries econômicas, fazendo com que ele atravessasse todo o período sem grandes transtornos.

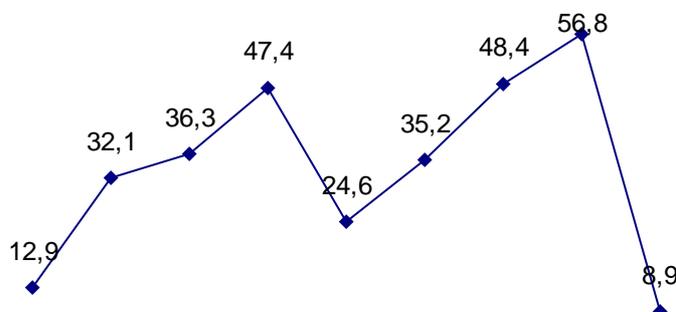
A aceitação dos princípios neoliberais pela economia brasileira já a partir dos primeiros anos da década de 90 sugeria a opção do país por um novo modelo de desenvolvimento baseado na “integração competitiva” à economia internacional. Com o sucesso do Plano Real, o Governo Federal passou a atuar fortemente em duas frentes: assegurar a continuidade da estabilidade monetária e equilibrar o Balanço de Pagamentos. A opção por uma política que privilegiasse a produção de exportação se refletiu no saldo da Balança Comercial, cujos resultados de 1997 a 2005 aparecem no gráfico abaixo.



**Gráfico 1 - Saldo da Balança Comercial do Brasil  
em US\$ bilhão  
(1997/2005)**

A situação era extremamente favorável a uma inserção vantajosa para o Piauí nos anos 90. Tínhamos um potencial a ser explorado que era interessante para as aspirações nacionais: a agricultura nos cerrados piauienses, principalmente aquelas culturas nobres, de exportação.

Mas o gráfico a seguir mostra que as exportações do Piauí seguem tendências bem diferentes das exportações nacionais.



**Gráfico 2 - Saldo da Balança Comercial do Piauí**  
**Em US\$ milhão**  
**1997/2005**

Um fato interessante é que a Agência Internacional de Cooperação Japonesa – JICA, em colaboração com o Ministério da Agricultura do Brasil, executou, entre 1979 e 2001, o PRODECER, programa financiado pelo Governo Japonês que teve por objetivo o estímulo à produção de soja, milho, feijão, arroz, algodão, trigo, café, frutícolas e olerícolas nos cerrados brasileiros, através de ações de geração de tecnologia, implantação de infra-estrutura, assentamentos e apoio à produção e comercialização.

O Programa foi dividido em três fases, de acordo com a tabela abaixo:

**QUADRO 2**  
**DEMONSTRATIVO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO PRODECER**

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>PRODECER I 1079 a 1984</b>	<b>PRODECER II 1985 a 1993</b>	<b>PRODECER III 1995 a 2001</b>	<b>TOTAL</b>
Municípios beneficiados	3	17	2	22
Estados beneficiados	MG	MG, MT, MS, GO e BA	MA e TO	7
Produtores beneficiados	133	545	80	758
Área Total (1000Ha)	64,5	205,7	80,0	350,2
Investimentos (US\$ milhão)	60,0	375,0	138,0	573,0

Como podemos observar, todos os estados brasileiros que possuem áreas significativas de cerrados foram beneficiados, inclusive o recém-nascido Tocantins.

E o Piauí ficou de fora do Programa! As conseqüências são duras e bastante evidentes atualmente. Após mais de vinte anos do início da exploração dos cerrados setentrionais brasileiros, o Piauí utiliza apenas por volta de 10% de suas terras agricultáveis na região e a infra-estrutura é inexistente ou inadequada. Os pólos mais dinâmicos economicamente se consolidaram na Bahia e no Maranhão, fazendo com que custasse caro para o Piauí, em termos de benefícios oferecidos, a atração de uma grande unidade industrial, que, antes mesmo de se implantar completamente, sinaliza na direção do encerramento de suas atividades no Estado. Certamente que o efeito multiplicador da exploração dos cerrados será bem mais lento e menor no Piauí do que nos outros Estados.

Podemos então sintetizar as formas de inserção da economia piauiense na economia nacional da seguinte forma:

**QUADRO 3**  
**DEMONSTRATIVO DA INSERÇÃO DA ECONOMIA PIAUIENSE NA ECONOMIA NACIONAL**

<b>FASE DA ECONOMIA BRASILEIRA</b>	<b>INSERÇÃO DA ECONOMIA PIAUIENSE</b>
- Primário – exportadora	- Fase da Pecuária: inserção tardia na época da economia açucareira, e posteriormente, isolacionismo, - Fase do extrativismo: inserção vantajosa, mas prejudicada pelo caráter primitivo com que a atividade foi desenvolvida,
- Substituição de importações	- Inserção desvantajosa, pela via do comércio, com implantação tardia da infra-estrutura necessária à inserção produtiva,
- “Década Perdida”	- Final da implantação da infra-estrutura e isolacionismo protetor
- Neoliberalismo, ou “Inserção Competitiva na Economia Internacional”	- Inserção tardia no esforço de exportação, ainda sem infra-estrutura na região dos cerrados que desse o suporte necessário à produção.

### 3. A subordinação das políticas de desenvolvimento econômico

O poder público se consolida no Piauí ainda no período do Brasil Império, quando a economia piauiense se encontrava decadente e introvertida, em função de sua única atividade, a pecuária extensiva, encontrar-se completamente sem mercado.

A estrutura sócio-econômica do Estado tinha em seu vértice superior os grandes proprietários de terra, seguidos por arrendatários, pequenos comerciantes e um número irrelevante de profissionais liberais, encarregados de fazendas e escravos. É, portanto, a burguesia rural decadente que fornece os membros para compor a direção do aparelho estatal que se consolidava.

Sem contribuição econômica a dar ao processo de desenvolvimento nacional, a participação piauiense acontece na forma de apoio à sustentação política dos mandatários do poder central, que, em troca, executavam políticas assistencialistas que garantiam a manutenção do *status quo* no Piauí.

Findo o império e proclamada a República, o extrativismo surge como meio de inserção do Piauí na economia nacional, proporcionando a entrada de recursos consideráveis no Estado.

É certo que parte destes recursos saem do estado via exploração comercial e proprietários de terra não residentes, mas é certo também que possibilitou ao poder público o investimento em equipamentos urbanos, prédios públicos, água e energia elétrica na capital, etc.

Acontece que o extrativismo, essencialmente vegetal, foi praticado nos mesmos moldes primitivos da pecuária extensiva e pelos mesmos agentes, sendo ainda insustentável já que determinado pelas necessidades dos países industrializados que, à medida que sucedâneos sintéticos eram descobertos, deixavam de demandar os produtos piauienses (exceção ao babaçu, que, por sua vez, enfrentou a concorrência de outras oleaginosas). Assim, em nada contribuiu para a transformação do aparelho econômico do estado. Contribuiu, na verdade, para a reprodução da estrutura sócio-econômica da fase anterior.

O aparente desenvolvimento verificado,, na verdade, escondia o atraso determinado pela subordinação das políticas de desenvolvimento ao assistencialismo voltado para o sucesso eleitoral. Os interesses eram os mesmos e o relacionamento entre o poder político local e o poder político central continuava assentado na troca de apoio que objetivava a manutenção do sistema local de dominação política. É preciso não confundir sistema de dominação política com “forças políticas”, que eventualmente se revezaram no poder.

O que chamo de sistema de dominação política é um conjunto de práticas que, no processo eleitoral, garantem a vitória daquela força que melhor explore a carência do piauiense. Assumido o poder, essas forças se tornam incapazes de promover qualquer transformação na estrutura sócio-econômica, já que a sua sobrevivência política depende da permanência da subordinação das políticas de desenvolvimento ao assistencialismo. Essa subordinação é que torna possível o revezamento das forças políticas no poder e a continuidade do sistema de dominação.

Desta forma, a burguesia rural tem 50 anos (período em que o extrativismo é a principal atividade econômica no estado) para se consolidar no poder.

O encerramento do ciclo do extrativismo no Piauí coincide com a consolidação do modelo de substituição de importações, que tinha por objetivo transformar a economia nacional de primário-exportadora em uma economia industrializada.

Sem o extrativismo, o Piauí fica também sem a principal fonte de recursos para o financiamento das ações do governo local; impedido, portanto, de implantar com recursos próprios a infra-estrutura necessária à inserção produtiva no novo projeto de desenvolvimento nacional e dependente cada vez mais de transferências do governo central.

O modelo preconizado nacionalmente exigia a expansão do mercado interno; assim, a ação no Piauí do poder público central foi no sentido de integrá-lo ao mercado de consumo nacional, e não de provê-lo da infra-estrutura necessária à produção.

O comércio passa a ser o principal vetor de desenvolvimento local e tem início a ascensão da burguesia comercial, umbilicalmente ligada à burguesia rural.

O confronto do incipiente parque industrial piauiense, quase sempre artesanal, com a indústria do Sudeste, baseada em ganhos de escala, foi avassalador para o primeiro, que foi reduzido a um mínimo de pequenas indústrias artesanais voltadas para a produção local.

Do ponto de vista político, a década de 50 começa com o governo de um comerciante, que elege como sucessor um cunhado, que é sucedido por um parnaibano (lembramos da importância comercial de Parnaíba), que, por sua vez, é sucedido (e já estamos na década de 60) por um genro do comerciante que era o governador no início dos anos 50. Talvez não possamos mais falar na oligarquia rural no poder (embora ela também tenha cedido seus membros para a atividade comercial), mas a ascensão da burguesia comercial e o Estado Assistencialista determinam a importância que o setor terciário teria na economia piauiense a partir daí.

O ciclo dos governos militares, que tem início em 1964, determina que e a sucessão no plano estadual não reflita mais os condicionantes locais e sim a proximidade de algumas forças políticas locais com o poder central. Mas o que importa aqui é que as diretrizes de desenvolvimento eram definidas nacionalmente, o modelo de substituição de importações se aprofunda e, além dele, a doutrina de segurança nacional exige também a integração econômica do território nacional.

A formulação de políticas públicas a nível estadual continuava a preterir as políticas locais de desenvolvimento, dessa feita em função de um enquadramento no projeto de desenvolvimento nacional que facilitava a transferência de recursos federais para o Estado mas priorizava a inserção não produtiva das regiões mais pobres, conferindo ao Piauí um papel de espaço de realização de mercadorias geradas em outros centros.

O ciclo de governos militares se encerra em meio à “década perdida”, a economia nacional perdeu a trajetória e o neoliberalismo se estabeleceu. Não existe mais o Estado Nacional indutor do desenvolvimento e o Piauí não dispõe dos recursos próprios para a implantação da infra-estrutura necessária ao aprofundamento de seu potencial produtivo.

O revezamento de forças políticas no poder é mais presente, mas consagra a prática antiga de dominação que prescinde de uma política eficiente de desenvolvimento econômico e perpetua o atraso em relação aos outros Estados.

A economia piauiense cresce movida principalmente pelos gastos públicos. O peso do Estado na economia piauiense é tão grande que, em 2003, a administração pública participou com 31% na formação do PIB estadual, enquanto a média dos Estados nordestinos (incluindo o Piauí) é de 23,32%. Participação da administração pública na formação do PIB maior do que a nossa, somente no Acre, em Roraima e no Amapá, além de, por motivos compreensíveis, em Brasília.

Como se isso não bastasse para preocupar, de 1996 a 2000 (os dados referentes a outros anos estão sendo pesquisados), o Serviço Social do Estado gastou, sozinho, mais do que as Secretarias de Planejamento, Agricultura, Indústria e Comércio, Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente e Recursos Hídricos, somadas.

Dessa forma, o “pragmatismo utópico” que permite sonhar com a construção de um Piauí mais dinâmico economicamente sucumbe diante do “pragmatismo imediatista”, que permite ao político sonhar apenas com a vitória na próxima eleição.

## **BIBLIOGRAFIA**

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **O novo pacto federativo: subsídios para a reforma do Estado**. Vol. 1.

LACERDA, Antônio Corrêa de. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1998.

LIMA, G. P. (Org.). **Atlas da exclusão social do Piauí: a herança deixada**. Teresina: Fundação CEPRO, 2003.

MARTINS, Agenor de S. *et al.* **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. 3. Ed. Teresina: Fundação Cepro, 2003.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

\_\_\_\_\_. Formação econômica . IN: **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. R. N. Monteiro de Santana (Org.). Teresina: Halley, 1995, p. 55-81

QUEIROZ, Teresinha. **Economia Piauiense – da pecuária ao extrativismo**. Teresina: ApeCH/UFPI, 1993.

VELOSO FILHO, Francisco de A. Ciências ambientais: **visão geral da economia piauiense na Segunda metade do século XX**. Publicação avulsa do Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste – TROPEN-UFPI. N. 7, maio/2002.

\_\_\_\_\_. **Planejamento regional e transformação da agricultura tradicional** - lições da experiência no Estado do Piauí. Campinas. São Paulo: 1998.

O PIAUÍ NA ECONOMIA NACIONAL . LIMA, G. P. IN: Cartas Cepro. Vol. 4, n. 4, Fundação CEPRO, 1982.

VIDAL, Francisco C. B. Nordeste do Brasil – atualidade de uma velha questão: **vicissitudes da teoria do subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo**. Salvador: 2001.